

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana

Locais visitados:

**Usina Hidrelétrica – UHE – Risoleta Neves (Candonga), no Município de Rio
Doce
Nova Soberbo, no Município de Santa Cruz do Escalvado
Barra Longa**

Apresentação

Em atendimento aos Requerimentos de Comissão n^os 1.243/2023, 1.246/2023, 1.247/2023 e 1.248/2023, de autoria dos deputados Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, a Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana realizou, em 5/5/2023, visitas programadas à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, situada nos limites dos Municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, à Nova Soberbo, Distrito de Santa Cruz do Escalvado, e ao Município de Barra Longa. Planejou-se uma visita a Bento Rodrigues – o distrito novo que está sendo construído e o antigo, destruído pelo rompimento da Barragem de Fundão –, que não ocorreu devido à necessidade observada pelos parlamentares de se alongar, em razão do volume de queixas, a escuta dos atingidos. As demais visitas programadas foram realizadas nos termos que se segue neste relato.

A visita à Usina Hidrelétrica – UHE – Risoleta Neves (Candonga) teve por objetivo verificar o estágio atual do desassoreamento do seu lago e o reflexo na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Nas demais localidades, buscou-se verificar as atuais condições de vida dos atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, da mineradora Samarco.

Além dos deputados autores dos requerimentos, participaram da visita as deputadas Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Macaé Evaristo; os deputados federais Padre João e Rogério Correia; a Sra. Luíza Dulci, assessora da Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Sr. Paulo Clemente, do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome; a Sra. Mariana Barbona Cirne, Procuradora Nacional do Clima e Meio Ambiente da Advocacia-Geral da União – AGU –; o Sr. Carlos Bruno Pereira da Silva, membro do Ministério Público Federal, responsável pela Força-Tarefa do Rio Doce e Brumadinho; os Srs. Antônio Lopes de Carvalho Filho e Bráulio Santos Rabelo de Araújo, defensores públicos estaduais responsáveis pelas tratativas referentes às indenizações dos atingidos; a assessoria da deputada federal Célia Xakriabá e a comunidade atingida.

Relato

1º local visitado: UHE Risoleta Neves

Na visita a parte interna e externa da UHE Risoleta Neves, estiveram presentes a deputada Bella Gonçalves, o Sr. Carlos Bruno Pereira da Silva, membro do Ministério Público Federal, responsável pela Força-Tarefa do Rio Doce e Brumadinho; os Srs. Antônio Lopes de Carvalho Filho e Bráulio Santos Rabelo de Araújo, defensores públicos estaduais, o Sr. Roberto Schaefer, gerente do Consórcio Candonga, empresa responsável pela operação e manutenção da UHE; o Sr. Mauro Martins, prefeito do Município do Rio Doce; técnicos e profissionais trabalhadores da UHE.

A Usina Hidrelétrica Risoleta Neves foi construída pelo Consórcio Candonga, formado atualmente pelas empresas Vale S.A. e o grupo Aliança Geração de Energia S.A., cujos acionistas são a Cemig, com 45% de participação, e Vale S.A., com 55%. A hidrelétrica, inaugurada em 7/9/2004 com o nome de Usina Hidrelétrica de Candonga, passou, após o falecimento de Dona Risoleta Guimarães Tolentino Neves, esposa do ex-presidente Tancredo Neves, a denominar-se UHE Risoleta Neves, alteração ocorrida em agosto de 2005.

A usina começou a operar comercialmente em 7 de setembro de 2004 e, até o mês de outubro de 2015, a produção de energia elétrica representava aproximadamente 80% da arrecadação do Município de Rio Doce (SEF, 2015). Com a paralisação de suas atividades em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco, que lançou 44 milhões de m³ de rejeito de minério no leito do Rio Doce, o município viu despencar sua arrecadação. Ela é dependente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFH –, do retorno de ICMS (a geração de energia representa 94% do valor adicional fiscal – VAF – que o município informa para cálculo do retorno de ICMS) e do Imposto sobre Serviços – ISS – prestados no município e pagos pela geração da usina situada parcialmente em seu território, o que acarreta até a presente data impactos drásticos e penosos sobre a sua base tributária.

Vale ressaltar que a UHE de Candonga foi responsável pelo bloqueio parcial do rejeito de minério liberado pela Barragem de Fundão que transitou pelos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, em trecho total de aproximadamente 77 km, até parar em Candonga. Desse modo, a usina suportou à época e ainda retém cerca de 10 milhões de m³ do total de 44 milhões de m³ de rejeito de minério liberados pela Barragem de Fundão.

Durante a visita, o gerente da UHE expôs a situação atual da hidrelétrica, que estaria em estágios finais de testes das turbinas para retomar a operação. A mineradora Samarco fez uma dragagem parcial e direcionada em 2022, com a retirada de aproximadamente 570 mil m³ de rejeito do fundo do lago da usina, cerca de 5% do total depositado em seu leito. O fez somente para liberar as entradas de tomada d'água das turbinas localizadas no nível 308m. Com essa manobra, a usina ficou com 8m de altura de lâmina d'água livre até o nível 300m, onde ainda permanece o rejeito. Segundo o gerente, quando a lâmina d'água livre até a entrada das turbinas chegar a 4m, o que ocorrerá em curto espaço de tempo, será necessária nova dragagem para permitir que a usina permaneça funcionando. O Rio Doce, como qualquer outro rio, carrega sedimentos de forma natural e constante por onde passa; ao chegar à represa, esses sedimentos são bloqueados por ela e se depositam no fundo do

1 Volume declarado pela Fundação Renova em Ata de Audiência Pública realizada em 15/10/2020 em Processo Ambiental Copam 1496/2020. Disponível em: <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/ata/F6_EPnH7PKqESXIXGd1qoWWtc_XjQUTs.pdf>. Acesso em: 22 fev 2023.

lago. Sobre esse fato, o gerente já alertou a mineradora Samarco, que ainda não sinalizou quando retomar a dragagem.

O prefeito de Rio Doce aproveitou a oportunidade para informar que entrou com ação judicial contra a Vale S.A., a BHP Billington, a mineradora Samarco e a Renova para receber o ICMS e os demais tributos não recolhidos no período em que a Usina ficou parada.

Após a fala inicial do gerente e de um breve espaço para sanar dúvidas, a deputada seguiu para a parte externa da usina onde pôde observar várias estruturas de concreto instaladas recentemente na face a jusante da barragem, com o objetivo de reforçar a estrutura da usina para que ela continue a suportar o rejeito que ainda pressiona a face de montante de Candonga. Com relação ao lago, pode-se ver que se encontra bem raso nas laterais da barragem. O que se constatou é que ele tem pouca profundidade e o assoreamento ainda é intenso.

O próximo ponto da visita foi na margem do lago da usina, conhecido como Km 12, onde foi depositado pela Samarco, em 2016 e em 2022, o pouco de rejeito de minério extraído pelas balsas de desassoreamento. Nesse local estavam presentes as deputadas estaduais Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, o deputado estadual Ulysses Gomes e Leleco Pimentel e o deputado federal Padre João. Estavam presentes, ainda, a Sra. Luíza Dulci, assessora da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Sr. Paulo Clemente, do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome; a Sra. Mariana Barbona Cirne, da AGU, e a população atingida pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, que apresentou a demanda de que as comunidades tradicionais do Rio Doce, faiscaidores, pescadores, ribeirinhos sejam reconhecidos como atingidos pelo desastre da Samarco. Eles denunciaram que o rejeito de minério extraído do lago da Usina Risoleta Neves e depositado nessa margem do rio tem provocado doença de pele nos ribeirinhos e que são ignorados pela mineradora Samarco e pela Renova.

Quase ao final dessa parte da visita, chegaram até o local três funcionários da mineradora Samarco, sendo dois deles identificados como Wilson Thibes, da área institucional da empresa, e Daniel Nazareth, da área de licenciamento ambiental. Informaram que a mineradora Samarco assumiu integralmente o desassoreamento do lago da UHE Risoleta Neves e que, segundo eles, já disporia da

licença ambiental corretiva nº 1.496-2020, concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam-MG –, que a autoriza a fazê-lo até o ano de 2030.

2º Local visitado: Nova Soberbo, no Município de Santa Cruz do Escalvado

Em Nova Soberbo houve relatos e críticas à Fundação Renova por não haver estratégias de soluções coletivas e foi destacado que de cerca de 5 mil moradores atingidos no município 60% não receberam indenização. Os moradores de Nova Soberbo foram duplamente atingidos. Isso porque, inicialmente, foram tirados de suas casas, em 2002, para a construção da Usina de Candonga e deslocados para essa comunidade. Depois, pelo rompimento da Barragem do Fundão, que tirou o sustento das famílias que dependiam do rio.

3º Local Visitado: Barra Longa

Em Barra Longa, a comitiva que acompanhava a visita da comissão foi recebida na Câmara Municipal, pelo vereador Greison Anerson de Souza da Costa e por representantes da comunidade local. Os relatos apontaram para a falta de uma reparação justa aos atingidos, sobre a existência de denúncias de que moradores vão receber as indenizações relativas ao dano à moradia, algumas no valor de R\$12 mil, e terão apenas três meses para construir suas casas, prazo em que a Samarco vai parar de pagar os alugueis para os atingidos. Um relato desse tipo foi feito pela proprietária do Hotel Xavier, Celeste Mol. Ela contou que, depois do rompimento da barragem, o hotel, que fica em um patrimônio tombado, foi danificado. Ela e o marido precisaram deixar o local em 2016. Conforme contou, em um relato emocionado, seu esposo faleceu em 2017 sem voltar para casa: “Estamos na quarta geração no hotel. Mas, com o que aconteceu e a indenização insuficiente, não conseguimos reconstruir o lugar”, lamentou.

Após a escuta de relatos de atingidos na Câmara Municipal de Barra Longa, foi realizada uma caminhada até a Igreja Matriz de São José, local também atingido pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, onde as deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, o deputado Ulysses Gomes e a Sra. Mariana

Barbona Cirne, da AGU, foram recebidos pelo padre Thiago José Gomes. A Matriz é uma igreja quase tricentenária, sua construção foi iniciada nos idos do ano de 1748, como diversas outras construções mais antigas do município, sofreu com o intenso trânsito de caminhões utilizados na retirada do enorme volume de rejeitos de minério, depositados em suas ruas após a passagem da inundação de lama vinda da barragem da Samarco. O arruamento da cidade em pé de moleque acentuou a vibração advinda do trânsito intenso de caminhões causando danos extensos nas estruturas das construções mais antigas.

Conforme informado pelo padre Thiago e testemunhado pelos deputados, foram vistas na fachada da Matriz e em suas paredes internas diversas trincas; e o reboco caído em várias partes expõe a estrutura das paredes às intempéries, com risco grave de danos irremediáveis a esse patrimônio. O padre acrescentou que foram iniciadas obras de restauração, como a retirada e tratamento do piso interno da Matriz, escoramento de suas paredes e vigas de sustentação e isolamento do altar, mas que essas foram paralisadas há quatro anos pela justiça para realização de perícias em todas as casas e patrimônio atingidos na cidade. O objetivo das perícias é o de dirimir dúvidas quanto à extensão dos danos de responsabilidade da Fundação Renova. Ela alega que os danos seriam menores, enquanto o ministério público afirma que seriam de maior monta, inclusive em relação à Igreja do Distrito de Gesteira, que perdeu a torre principal e o telhado; já a Renova alega que a igreja não estaria em ruínas.

O padre e o técnico da Fundação Renova, que acompanhavam a visita, informaram que, após serem vistoriados algo em torno de 1.600 imóveis, foram dadas como concluídas as perícias que estão com o juiz da causa para homologá-las e decidir como e em que extensão serão os imóveis recuperados.

Ressaltou o pároco que, diante de toda crise que a tragédia do rompimento da Barragem de Fundão provocou na população do município, amplificada alguns anos depois pela pandemia, a Matriz como local de oração, de conforto espiritual tem feito muita falta à comunidade de Barra Longa, maciçamente católica.

A Igreja também não recebeu nenhum outro tipo de indenização, seja financeira ou de qualquer ordem, segundo o padre, e faz sozinha e às suas expensas a

guarda de documentos históricos e legais de nascimento, de batismo e de casamento de toda a comunidade. Documentos esses que remontam aos quase trezentos anos de existência da Matriz. Ademais, por falta de estrutura, faz a guarda das peças sacras e de santos da igreja em locais que não são adequados.

Na porta da Matriz permaneceram a deputada Beatriz Cerqueira, o deputado Leleco, os deputados federais Padre João e Rogério Correia e a Sra. Luiza Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência, que continuaram com o trabalho de escuta dos atingidos. Estes denunciaram que alguns acordos estão sendo feitos no judiciário com membros da defensoria e do MP, sem que haja participação dos atingidos e com conteúdo que os prejudica. Também criticaram as exigências de provas nas demandas judiciais que atrasam os processos individuais de indenização ou os obstruem.

Foi solicitada a realização de diligência para o reconhecimento de algumas comunidades tradicionais na região e foram feitas demandas e denúncias individuais.

Falaram:

Padre Tiago;

Márcia, atingida de Morro Vermelho;

Bernadete, cujo filho adquiriu uma doença rara de pele nos pés;

Simone, apontando a pauta da saúde e moradia como prioridade;

Maria das Graças Lima Bento, denunciando a destruição e negligência com o Distrito de Gesteira;

Laura Lana, criticando o descaso com a igreja da cidade de Barra Longa, que foi reformada com o dinheiro dos próprios moradores em 2012;

Valéria Aparecida da Silva, denunciando a Fundação Renova como criminosa, pois muita gente morreu por sua negligência, especialmente decorrente de problemas de saúde mental; ela exigiu mais diálogo e mais escuta;

Fabiano Mendes, artesão da cidade, manifestou as dificuldades no âmbito cultural e em conseguir renda;

Adriana, dona da Casa Lotérica, denunciou os problemas do comércio atingido e a inexistência de soluções efetivas;

Maria Aparecida Costa, criticou a desunião do povo e os conflitos surgidos;

Margarida Siqueiro, denunciou a perda da sua casa pela entrada da lama e contou que, após isso, seu esposo faleceu;

Maria Socorro Ferreira Carneiro, também teve que sair de sua casa e seu marido faleceu sem auxílio nenhum.

Conclusões

A Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana:

- cumpriu o objetivo de verificar a situação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, localizada entre os Municípios de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado, e de conhecer as condições atuais de vida da população atingida de Nova Soberbo, distrito de Santa Cruz do Escalvado, e do Município de Barra Longa;

- não cumpriu o objetivo de visita a Bento Rodrigues, conforme justificado na apresentação deste relatório;

- verificou a persistência, inclusive o agravamento em algum nível, dos danos provocados pelo rompimento da barragem na vida das pessoas da região;

- verificou, na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, o estágio atual do desassoreamento do seu lago e o seu reflexo na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2023.

Ulysses Gomes, relator.